

Isabel Boldoni/PBH

A Guarda Municipal patrulha as ruas e libera a PM para ações mais complexas



Laura Tresca

jogo de empurra

Segurança não é tarefa das prefeituras, mas a gestão petista da capital mineira une forças com o Estado para combater a violência



A segurança pública é responsabilidade dos governos estaduais, diz a Constituição de 1988. Diante dessa contingência, os prefeitos podem assumir duas posturas. A mais fácil é cruzar os braços e dizer: “Criminalidade não é comigo, é com o governador”. Bem mais complicado é admitir: “O problema é meu também, pois a sociedade está sofrendo”. A administração petista de Belo Horizonte ficou com a segunda alter-

nativa e está mostrando que as prefeituras podem fazer muito mais para combater a violência e dar tranquilidade à população. “O PT está construindo um conceito de segurança pública municipal”, diz o prefeito Fernando Pimentel. Na teoria, essa estratégia segue três vertentes: atuação integrada entre o município e o Estado, compartilhamento de informações e planejamento em conjunto. Na prática, isso se traduz em ceder espaços municipais

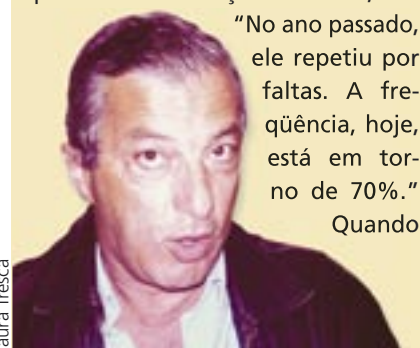
para instalações das polícias Civil e Militar, ajudá-las a se equipar e franquear informações que auxiliem na prevenção de crimes.

Em 2001, um convênio da prefeitura com a PM repassou à instituição cerca de R\$ 4 milhões para a compra de 239 viaturas, mil coletes à prova de bala e 400 rádios de comunicação. “Quando a polícia tem mecanismos, equipamentos, transporte e comunicação adequados, ela consegue otimizar a sua presença e prevenir melhor”, avalia o coronel da PM Rômulo Diniz, comandante do policiamento da capital mineira. A companhia de processamento de dados do município, a Pro-dabel, forneceu a base cartográfica da cidade à PM, que, por sua vez, cruzou esses mapas com seu sistema de informações de ocorrência de crimes. Com isso, foi criado o geoprocessamento da segurança pública municipal, que permitiu localizar as áreas mais visadas por cada tipo de delito.

Engajamento intenso – As ações da prefeitura não pararam aí. No final de 2003, foi criada a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Segurança Urbana. Desde então, vários acordos e protocolos foram estabelecidos. Um deles prevê a integração do município na procura de pessoas desaparecidas, tarefa da Polícia Civil. Outra frente de atuação é a educação para segurança pessoal. Num jornal distribuído nos ônibus, são divulgados casos de estelionato, para que a população não seja vítima de golpistas, e também campanhas de não-reação, para evitar mortes e ferimentos em assaltos. “A nossa intenção é fazer um trabalho complementar, e não competir”, diz Genedempsey Bicalho Cruz, secretário de Assuntos de Segurança Urbana de Belo Horizonte.

A nova secretaria também é gestora da Guarda Municipal Patrimonial. Sua responsabilidade é proteger

São 19 horas. O engenheiro aposentado **Erwin Duarte** sai de casa, acompanhado de sua mulher. Não jantou. O destino é a Escola Municipal Santos Dumont. Lá, estuda um jovem que recentemente cometeu um ato infracional. Orientador voluntário do Programa Liberdade Assistida, da prefeitura de Belo Horizonte, Erwin acompanha o rapaz há seis meses. “Eu e a psicóloga vimos que havia problema em relação à escola”, diz.



Laura Tresca

Referência ética

“No ano passado, ele repetiu por faltas. A frequência, hoje, está em torno de 70%.”

Quando

Erwin chega, a orientadora pedagógica está esperando e lhe entrega um relatório. Ele lê, faz perguntas sobre o rendimento e o comportamento. Conclui: “O desafio, agora, é melhorar o rendimento e pensar a formação profissional”. A maior dificuldade de Erwin foi estabelecer uma relação de empatia com o adolescente. Conseguiu, e hoje já se encontra com ele sem a presença da psicóloga.

Ao todo, Erwin dedica cerca de seis horas semanais ao programa. Mas, segundo o orientador, não são apenas os adolescentes que aprendem com esse programa. “Tive uma vivência muito forte, não só humana, mas social também”, avalia o engenheiro. Ao sair da escola, Erwin tem a sensação de dever social cumprido. Agora, o destino é uma pizzaria. É hora de jantar.

bibliotecas, parques, prédios públicos e o terminal rodoviário. Não há rivalidade com as polícias estaduais. Acertou-se que os guardas municipais fazem patrulhas mistas com os policiais militares em escolas e postos de saúde. Antes de sair às ruas, os guardas foram treinados pela PM durante seis meses. Ainda assim, a guarda não tem poder de polícia. “A sua função é zelar pelos bens públicos do município. Com isso, vai liberar contingente da PM para fazer ações mais pesadas”, diz o secretário.

Na mesma linha, o coronel Rômulo Diniz exemplifica: “Se eu tenho vigilância municipal no Museu de Arte da Pampulha, posso colocar um policial a mais no centro da cidade”. Em fase de implantação, a Guarda Municipal Patrimonial está operando atualmente com 450 homens e mulheres. Mas a previsão é que, quando estiver comple-

ta, a corporação seja composta de 3 mil guardas, admitidos por concurso.

Ambiente seguro – É claro que, para enfrentar a violência, é preciso muito mais do que a repressão ao crime. “Você precisa criar todo um ambiente propício para que as pessoas se sintam protegidas”, diz o prefeito Fernando Pimentel. O coronel Rômulo dá um exemplo: “Se a prefeitura ilumina lugares ermos, está contribuindo para a segurança dos cidadãos”. De fato, uma cidade desordenada e alheia às regras de urbanidade sempre é mais insegura. Geralda de Oliveira Netto, proprietária de uma loja de tecidos no centro de Belo Horizonte, relata: “A maioria dos clientes preferia ir aos shoppings, porque as barracas dos camelôs serviam quase como proteção aos assaltantes. Eles corriam e a polícia não tinha espaço para ir atrás”. Agora, com o Progra-

ma Centro Vivo, todos os comerciantes ambulantes vão ser retirados da rua e transferidos para shoppings populares. O Código de Posturas do Município, aprovado pelos vereadores, determina que essa ação seja feita até julho. “O que estamos buscando é ordenar a cidade, sem tirar o espaço de sobrevivência de ninguém”, diz Pimentel.

A ex-ambulante Rose Marie da Silva ocupa um estande no shopping popular Oiapoque há três meses e já ampliou sua clientela. “Antes, eu nunca tinha visto madame no nosso meio”, diz. “No Natal, teve três senhoras que vieram com motorista aqui. Eu fiquei toda orgulhosa.” Além do aluguel, o proprietário do imóvel em que os estandes foram instalados, Mario Valadares, teve outras contra-

partidas oferecidas pela prefeitura. O prédio é histórico e não pode ser demolido, mas, segundo o zoneamento da cidade, o terreno teria direito a ter um imóvel com mais andares. Através de uma Operação Urbana, aprovada pela Câmara Municipal, Mario pode vender para incorporadoras esse potencial de construção não utilizado, que será acrescentado a novos imóveis de outras regiões da cidade.

Há custos para os camelôs, mas eles não são tão elevados. “Na rua, o pessoal tem mania de dizer que não paga nada, mas não é bem assim. A gente paga para guardar a mercadoria e o transporte da barraca também”, diz Rose. No shopping popular, ela conta com uma estrutura de banheiro, lanchonete e segurança. “A prefeitura só

vai ceder espaço para aqueles que já estavam devidamente cadastrados”, explica o secretário municipal Fernando Viana Cabral, responsável pela região central. “Eu prefiro vir aqui porque é mais barato e a gente tem segurança”, diz a dona-de-casa Adelina Pereira Elias, que foi ao shopping procurar um urso de pelúcia para o filho. Na prática, a iniciativa favorece o combate a outros crimes, como a corrupção de fiscais e a cobrança de propinas.

Política preventiva – Outra estratégia da prefeitura é reduzir a população criminosa em potencial. Quem comete delitos na adolescência pode vir a repeti-los quando for adulto. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê seis medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparo do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Essas penas devem ser aplicadas pelo juiz de acordo com a gravidade do delito. As quatro primeiras podem ser aplicadas pelo próprio município. No Programa Liberdade Assistida de Belo Horizonte, o diferencial é a figura do orientador social voluntário, um cidadão que assume a tarefa de aconselhar o menor infrator, como se fosse um padrinho.

“Nosso objetivo é que essa pessoa seja uma referência ética para o adolescente e ele possa interromper essa trajetória de transgressão”, diz a coordenadora Mônica Brandão. Para isso, é oferecido um acompanhamento para cada caso. Junto com um profissional técnico, psicólogo ou assistente social, é feito um planejamento de conduta com relação à escola, ao trabalho e à família. “Não tem um roteiro preestabelecido”, esclarece Cristiane Barreto, outra coordenadora. Dos jovens que cumpriram a medida, apenas 12% se tornaram reincidentes.

Laura Tresca, de Belo Horizonte

Laura Tresca



A ex-ambulante Rose Marie agora trabalha num shopping popular